

2011



Associação Nacional dos Servidores da Carreira de
Especialista em Meio Ambiente e do PECMA

IV CONGRESSO NACIONAL ORDINÁRIO DA ASIBAMA NACIONAL

RELATÓRIO FINAL

**Realizado em Cuiabá, MT de
15 a 17 de Junho de 2011**

INTRODUÇÃO

O IV Congresso Nacional Ordinário dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA foi convocado pelo presidente da ASIBAMA NACIONAL, Jonas Moraes Corrêa, nos termos do Estatuto da Entidade. A Convocatória consta do Anexo 1 deste relatório. O Congresso teve como pauta: Informes gerais, Informes jurídicos com o advogado da ASIBAMA NACIONAL, análise de conjuntura, discussão sobre a Eleição para Diretoria Executiva da ASIBAMA NACIONAL e encaminhamentos.

O evento foi realizado no período de 15 a 17 de junho de 2011, no Hotel Fazenda Mato Grosso, localizado na Rua Antonio Dorileo nº. 1100, Bairro CoopHEMA – Coxipó da Ponte – Cuiabá-MT e contou com a participação de servidores ativos e aposentados da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA.

Participaram do IV Encontro Nacional Extraordinário **49 delegados** e 2 observadores, representando **21** Unidades da Federação, assim distribuídas:

Região Norte: AP, PA e RO;

Região Nordeste: MA, PB, CE, PE e RN;

Região Centro-Oeste: DF, GO, MT e MS;

Região Sudeste: ES, MG, RJ e SP; e

Região Sul: SC e RS.

Aprovada a pauta e o objetivo do encontro, a mesa foi composta pelos seguintes delegados: José Mário Amaral Viruê (RS), Flávio José Pereira (ES) e do Presidente Jonas Moraes Corrêa, com a missão de coordenarem os trabalhos e Divino Eterno Teixeira (DF), Roberta Graf (AC) e **Lazaro xxx** (ES) com a função de executar os trabalhos da relatoria.

Os trabalhos foram iniciados com os debates e aprovação do Regimento Interno do Congresso. Em seguida foram apresentados os informes dos representantes dos estados.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

1º dia (15/06/2011)

9h00: A Mesa foi composta para a abertura dos trabalhos.

10h00: Apresentação, debate e aprovação do Regimento Interno do Congresso.

- Foi dado informe sobre o julgamento da nossa ação de pedido de ADIN sobre divisão do IBAMA/criação do ICMBio, no STF, e que o advogado da Asibama estava presente ao julgamento.
- Foi informado que no dia seguinte seria apresentada uma proposta de um novo Plano de Saúde para servidores associados Asibama Nacional.

- **11h20: Informes dos Estados.**
 - **RS:** Foi apresentada preocupação com o enxugamento do IBAMA nos estados. Desde 2007 estão fechando ESREGs, mas com esforço dos servidores conseguiram segurar ainda dois escritórios, de Sta. Maria e de Bagé. Há muita demanda e também da fronteira com o Uruguai. Querem ainda passar o Centro de Pesquisa de Pesca (Rio Grande) p/ EMBRAPA ou para MPA. Os servidores têm lutado contra, junto a parlamentares. Agora, receberam um ofício dando prazo de 10 dias para a remoção de servidores dos escritórios a serem fechados, com a transferência dos servidores para a DILIC ou SUPES. Precisamos fazer audiências públicas e autoridades locais p/ defender, contra desmonte do IBAMA.
 - **SC:** Não tem acesso à informação, como por exemplo, sobre a questão da perda de atribuições do IBAMA e do ICMBio para o SFB. IBAMA está também com superintendente substituto (fraco), e logo deve vir nomeação do governo. A Ministra é contraditória, não sabemos o que o governo quer. Existem propostas de fechamentos de ESREGs e Centro de Pesca de Itajaí. Compensação ambiental para as UCs, são R\$ 200 milhões já na CEF, mas esse recurso não está chegando. Não temos acesso ao dinheiro. O ICMBio está usando os rendimentos da massa dos recursos para manter o seu administrativo. Está muito deteriorado, o próprio prédio do IBAMA.
 - **SP:** Algumas ESREG sendo fechados e outros ameaçados. Com Superintendente substituto (Murilo). Não podemos fazer assembleia dentro do IBAMA, pedimos ajuda ASIBAMA Nacional. Essa situação foi revertida, felizmente, devido à interseção da ASIBAMA Nacional. Precisamos caprichar um documento, o desmonte é geral. Foram discutidas também as questões no Congresso, como o PLP-549 dos 10 anos sem reajuste para o funcionalismo e também o da aposentadoria por invalidez. Avaliação de desempenho: demissão. Direito de greve. Previdência complementar. Na avaliação por desempenho da gratificação, o CEPTA desconta assiduidade por participação do servidor no movimento sindical.
 - **RJ:** Relatado que a ASIBAMA local foi renovada e conta com a participação dos novos analistas. Foi proposta uma Moção de apoio à luta dos bombeiros do RJ, que foi avaliada como um sucesso. Horas compensadas da greve, p/ cumprir acordo. Problemas com o ponto eletrônico na SUPES. Metas de desempenho institucional do IBAMA constantes da Portaria da ministra; o servidor tem que intervir, pois algumas metas são sem sentido. Fechamento ESREGs, problema, somos contra, temos que fazer moção séria contra. O Superintendente vetou o trabalho dos servidores no Gespública. Sobre o Código Florestal: o geógrafo Aziz Ab'Saber lançou o que foi chamado de "código da biodiversidade", que ele está redigindo e pediu para divulgarmos. Ele é um defensor do IBAMA.
 - **MG, ICMBio:** Pontos positivos, as UCs estão sendo equipadas. Entretanto há muita apatia por parte dos servidores. Atuamos junto aos sindicatos federais, ato contra PLP-549 e desmonte do Código Florestal, etc. Os servidores do IBAMA relataram que as ESREGs estão ameaçadas. Falta integrar mais com SINDSEFs.

- **ES:** Servidores estão desmobilizados. Há também problemas com o ponto eletrônico, como deslocamento em viagens, cujo tempo de deslocamento não está sendo contado. Discutido também a IN-14 do IBAMA: problemas que pesam sobre o servidor, como o possível desvio de função. Acúmulo de processos absurdo, que estão prescrevendo, além da cobrança TCU.
- **DF:** Problema da saída de servidores do ICMBio da sede do IBAMA, servidores do ICMBio faltaram com a verdade. Problemas de compensação de horas da greve de 2010. Problemas ainda de pessoas com pendências indevidas da greve de 2007. É preciso melhorar nossa comunicação interna do movimento das ASIBAMAs. Problemas da portaria da avaliação de desempenho (Portaria nº. 169 de 18 de maio de 2011). Foi relatada a pouca participação dos servidores na Semana do meio ambiente de 2011, que foi muito fraca. Foi informado que o problema das faltas de greve de 2007 é porque os Recursos Humanos dos órgãos não estão conseguindo operar o sistema, afinal o acordo assinado resolvia o problema. O MPOG/SRH tem que resolver, e a Asibama Nacional está cobrando isso.
- **GO:** Também foi relatado o fechamento de ESREGs, o que é muito grave, temos várias hidrelétricas. Coação provocada pelo ponto eletrônico. As pessoas têm medo de vir aqui, perseguição no caso da avaliação e ponto eletrônico. O Superintendente do estado é governista, e tem tendência a ser perseguidor.
- **MS:** Também foi relatado o problema de ESREGs sendo fechadas. Servidores estão desmobilizados e é preciso fortalecer as ASIBAMAs.
- **MT:** Foi informado que algumas Chefias estão com servidores da casa, o que é um avanço. Entretanto há deficiência de infra-estrutura, com grande evasão de servidores, inclusive com 27 demissões ultimamente. Não tem critérios pros ESREGs, que não estão funcionando. Crise de identidade do IBAMA após a divisão é preciso cobrar definição de suas atribuições.
- **SE:** A compensação de horas da greve, com mutirões e outras atividades externas. O Núcleo de Licenciamento Ambiental (petróleo e gás) sofre muita pressão direta dos empreendedores. Só tem funcionado o licenciamento. Outro problema relatado é o fim da “meia diária”. Ocorrem também abusos de Chefes de UCs que não liberam servidores para participar de assembleias da ASIBAMA. A questão do ponto eletrônico era ruim, mas melhorou, com acordos internos, entretanto ainda é ruim para quem viaja a serviço. Já tentamos banco de horas (horas-extras), mas nunca conseguimos. Quem não quer trabalhar continua burlando. Outro problema é a falta de servidor para a área administrativa.
- **PE:** O CEPENE ia voltar para o IBAMA, entretanto está há dois anos meio parado, e sem dinheiro. Voltou pro IBAMA no fim de 2010. O Presidente do IBAMA assim que assumiu disse que não interessa centros de pesca no IBAMA. Foi relatada a desmotivação dos servidores do IBAMA, incertezas e o esquecimento da Educação Ambiental (precisamos fazer uma moção pra isso). IBAMA agora virou só fiscalização e licenciamento. Estão tendo muitas remoções pra Brasília, sucateando os estados (exemplo, “ex ofício” pra resíduos sólidos e mudanças climáticas).

- **PB:** Conta com Superintendente substituto há 3 anos, e ele é intransigente e radical. O Chefe DICOF é truculento. A ASIBAMA agora está com as contas em dia, enfim, estamos em eleição. O maior apelo é pelo reajuste de salário. E o planejamento estratégico, no que deu? Até agora nada. Servidores estão desmobilizados. Não há recursos para o trabalho. A fiscalização está só deslocando apenas para a Amazônia. Na Semana do Meio Ambiente, foram plantadas mudas de árvores. A situação é crítica com 92 servidores se aposentando, só em 2012 são 36 servidores.
- **RN:** Após vídeo-conferência do Presidente do IBAMA, nos mobilizamos p/ redigir documentos sobre os rumos do IBAMA. Na Assembléia Legislativa em 13 de abril, foi realizada audiência pública sobre o Código Florestal, onde participamos e alertamos sobre desmonte da legislação ambiental e do IBAMA. Foram redigidos e distribuídos 3 documentos, situações do IBAMA lá e legislação ambiental, mandamos até pro MPF. Procurador enviou à Câmara Recursal geral em Brasília, para analisar como casos gerais em todos os estados. Há relato de colegas com doenças como leptospirose e leishmaniose no CETAS, vão denunciar ao MPF. Alguns servidores ainda têm medo de intervir devido à “portaria da mordaza” de 2010 do ex- Presidente Abelardo Bayma, mas vimos que isto, na verdade, é ilegal. Vamos fazer um vídeo para internet (para ser postado no *youtube*) com depoimentos de servidores retratando os problemas locais. Achamos servidores muito passivos na vídeo-conferência com o Presidente do IBAMA. Precisamos nos unir pra briga e pensar nas questões macro, para não cair na estratégia dos chefes de dividir para destruir. Somente a cobrança do TCU sobre o planejamento do IBAMA não vai resolver nada. A ASIBAMA local ficou dois anos e meio sem arrecadação, isso foi resolvido agora.
- **CE:** As chefias são da casa, exceto o Superintendente. Também não há recurso nenhum. O Presidente do IBAMA só quer que Educação Ambiental funcione dentro da DILIC. Nós lutamos muito pela Educação Ambiental na gestão ambiental. Ultimamente vários líderes comunitários foram assassinados na luta contra os agrotóxicos, e trabalhamos com isso na Semana do Meio Ambiente. A nova diretoria da ASIBAMA/CE está trabalhando pra remobilizar os servidores. Alguns ESREGs serão fechados todos. Somente há dinheiro para a lagosta, e licenciamento federal. Há também excesso de processos pelas cobranças do MPE e MPF, os quais estão travando outros trabalhos. SEMA com 60 fiscais novos concursados. Controle político maior visível. Equipe técnica está com bom ritmo.
- **MA:** Também foi relatado o fechamento de ESREGs, a coisa está feia. A ASIBAMA local está devagar. O delegado informou que estava com ponto cortado por estar participando do congresso.
- **PA:** Também houve relato de muitos conflitos e assassinatos, com grande poder cada vez maior de madeireiros e grileiros. O Gerente é bom, da casa, mas não tem poder. Os fiscais passam por situações de muito medo. Fiscais do IBAMA e do ICMBio foram reféns em Novo Progresso recentemente. Desmonte do Código Florestal contribui muito para piorar os conflitos. Precisamos fazer moção de repúdio ao desmonte do Código.

- **AP:** Não temos conseguido participação do ICMBio nas nossas lutas. O Superintendente é substituto, não tem acesso a diretores nem ao presidente do IBAMA. A ASIBAMA teve que pagar passagem para o Superintendente poder ir a Brasília tentar conseguir falar com o presidente do IBAMA. A CONDSEF fez um seminário nacional em março de 2011, a Marcela Tapajós do MPOG foi, mas não debateu, mas disse que iria receber sugestões da CONDSEF de alterações do decreto, 30 itens, já foram protocolados no MPOG.
- **RR:** Servidores estão mobilizados. Na Semana do Meio Ambiente foi realizado um passeio ciclístico. Qualificação de servidores do IBAMA não está acontecendo, somente no ICMBio. Há dúvidas se as FLONAs vão pro SFB. Foi pedida atenção aos servidores de nível médio, na luta pela Carreira, eles se sentem excluídos.
- **RO:** A eleição para a ASIBAMA/RO é bem acirrada, o que significa mais envolvimento dos servidores. Muito problema ambiental também, parecido com Pará quanto aos conflitos. Foi feita cobrança sobre o adicional de periculosidade. Falta gente no NLA por causa das hidrelétricas. Código Florestal, documentos bons são do IPEA e UNICAMP. Desmantelamento, estado mínimo.
- **AC:** Foi proposta uma Moção contra o Superintendente substituto. Equipe técnica + autoridade julgadora é alta responsabilidade, perigoso pra responder futuramente na justiça, não tem nenhuma qualificação para isso. O IBAMA está parado e no Acre é dos piores, tudo está sendo descentralizado para o estado que tem muito poder. Precisamos dos adicionais da melhoria de carreira, principalmente de interiorização. Se Lula foi ruim, Dilma está sendo muito pior, com corte de recursos, lá não funciona nem licenciamento e fiscalização é só o que vem de Brasília. Pesca é um caso sério, tudo está com o Ministério da Pesca e Aqüicultura que não cuida de aspectos ambientais. Qualidade ambiental nada, a DITEC só tem 2 servidores que cuidam de manejo florestal em área federal. Os servidores querem que todos tenham acesso à portaria de fiscalização. Ponto eletrônico vai ser um desastre. O Superintendente é substituto, até porque quem viria não vem uma vez que o salário é baixo e não tem mais diárias. Notícias são de que vão nomear um pecuarista ligado ao governo do estado para o cargo. Outros problemas são de alta centralização e nenhuma democracia, transparência e participação nas decisões dentro do IBAMA. Há ditadura até no bloqueio da internet aos servidores. Precisamos nos manifestar contra o desmonte do Código Florestal e a UHE Belo Monte com mais força e publicidade, para a sociedade saber sobre nossa luta. Sobre o desmonte do Código Florestal tem vários documentos bons, temos que resumir rapidamente, tem o documento de análise do PSOL.
- A companheira Ana Maria fez uma breve apresentação sobre avaliação de desempenho.
- Uma Comissão foi escolhida para elaborar um documento (Anexo 2) sobre o desmonte da legislação ambiental e dos órgãos federais de MA (IBAMA, ICMBio, SFB e MMA).
- 15h35: foi iniciada a Análise de Conjuntura:

Na análise de conjuntura foram apresentados os seguintes pontos:

- Os servidores foram completamente ignorados na discussão no Congresso sobre o desmonte do Código Florestal. As instituições ambientais simplesmente não se manifestaram. Precisamos cobrar, agora quando das discussões no Senado.
- Sobre a regulamentação do Art. 23 existe a preocupação com a fragilização das leis ambientais. O Senador Romero Jucá está tentando colocar sempre em pauta o assunto, mas ele acaba saindo da pauta. Se aprovado, representará o fim da fiscalização do IBAMA.
- Em outra análise foi pontuada a atuação da DIPLAN do IBAMA que não entende da área e só se preocupa em enxugar custos sem pensar na atuação do órgão. Só Brasília está melhorando. O planejamento estratégico provavelmente vai ser só no papel, só pra atender ao TCU. O planejamento é feito de cima pra baixo sem conhecimento da área ambiental, como exemplo temos o problema do fechamento dos centros de pesquisa. Tudo o que representa custo está sendo cortado, representando a política do “Estado mínimo”, onde a análise é puramente contábil.
- Foi também analisado que a questão ambiental enfraqueceu nos anos 2000 após o ataque do 11 de setembro nos EUA, e a partir de então o foco mundial está na questão de segurança e não mais ambiental. O Brasil hoje é um país altamente desenvolvimentista, com a “chance de entrar no grupo de países do 1º. Mundo”, ou seja, desenvolvimento a qualquer custo. Para isso que tem que enfraquecer os órgãos ambientais. É o Triunfo do capital, e a legislação ambiental só atrapalha na visão dos desenvolvimentistas. Ficamos sem apoio da CUT na greve do ano passado, estamos muito calados, muita ausência de movimento sindical porque hoje o PT está no poder. Há limites que a questão ambiental impõe, mas tem que focar a melhoria de qualidade do povo, saúde, senão a gente só arranja inimigo.
- Foi lembrado que teremos a Copa do mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Nosso presidente quer enxugar o IBAMA e só interessa hoje o fortalecimento do licenciamento, uma vez que a Presidente Dilma é altamente desenvolvimentista. Os problemas só aumentaram com os mega-cortes dos R\$ 52 bilhões feitos pelo Governo Federal, afetando as áreas ambiental, de saúde e de educação. O Servidor público está sendo tratado com rédea curta. Antes conseguíamos reunir milhares de trabalhadores e o Congresso tremia. Hoje vivemos numa ditadura. A Câmara e Senado estão péssimos. Precisamos muito re-estruturar nossas instituições e nos aliar com as entidades sindicais.
- Muitos gestores dos órgãos federais não estão preocupados com as questões ambientais, e estão servindo somente como “garotos de recado” sobre as decisões de governo. Temos que ser contundentes, para defender a política ambiental federal e não podemos mais aceitar nenhum desmonte, e lutar contra o fechamento de unidades e a perda de atribuições dos órgãos federais.
- Na vídeo-conferência com o Presidente do IBAMA ficou evidente que a única preocupação é com a fiscalização e o licenciamento o que mostra que a DBFLO e DIQUA estão enfraquecidas. O planejamento vai ser de cima pra baixo mesmo. O perfil dos servidores tem mudado, com a pouca participação nas assembléias. É

preciso ter debates virtuais pra somar, e usar as assembléias mais para referendar. Devemos usar mais as redes sociais tipo blogs, como foi na greve de 2010.

- Os assassinatos de líderes extrativistas estão acontecendo e os servidores também estão muito apáticos e sem espírito coletivo, estamos perdendo nossa capacidade de indignação. Foi mencionado também que os empreendimentos turísticos estrangeiros estão chegando e detonando com as comunidades nativas, denegrindo a dignidade humana. Precisamos ser mais humanos, lutar pelas causas coletivas, sentir estes assassinados como nossos irmãos. Outro assassinato ocorreu devido à luta contra o uso indiscriminado de agrotóxicos no Ceará, sendo que a pessoa assassinada avisou que ia morrer e há outros ameaçados. Os problemas ambientais tendem a aumentar, uma vez que o Brasil quer ser o maior produtor de alimentos do mundo o que significa mais latifúndios e uso cada vez maior de agrotóxicos.
- A sociedade está sabendo o que está acontecendo? Temos que divulgar pra todas as outras instituições como estamos. Cada estado deve fazer um documento e dar maior publicidade possível, para MPF, para a Presidente Dilma, etc. Devemos nos unir mais à sociedade.
- Precisamos fazer greves mais fortes, agregar mais colegas, que estão muito apáticos, precisamos mobilizá-los, conscientizá-los. Afinal outras categorias como a PF fazem greves fortes.
- A preocupação dos órgãos ambientais tem sido somente em arrecadar com a aplicação de multa, entretanto devemos nos preocupar mais em reparar com a prevenção e os danos ao meio ambiente e aproveitar a Copa Verde e a Olimpíada Verde.
- O Brasil apresenta um modelo de exportador primário mesmo, com a extinção de alguns recursos naturais em breve. A Presidente Dilma disse em Copenhague que o Brasil vai regulamentar os MDLs e REDDs e temos que aproveitar o evento da Conferência da Rio+20, em junho de 2012, para denunciar a situação. Como sugestão será importante a presença de todos no evento.
- Foi o IBAMA que criou a Educação Ambiental, entretanto hoje ela foi esquecida. A Presidente Dilma tem grande popularidade, precisamos repensar o embate com o governo, senão não avançaremos. Na avaliação da Greve 2010 não houve fracasso, mas houve adesões inéditas, como a fiscalização do MT. Queremos buscar participação nas mudanças, nas decisões.
- Houve menção ao documento distribuído pela ASIBAMA Nacional falando da Primavera Silenciosa, movimento ambientalista que focou a questão dos agrotóxicos, e da denúncia da presença de DDT no leite materno. Os parlamentares hoje na comissão de meio ambiente do Congresso estão ouvindo pesquisadores no assunto e estranham a ausência do IBAMA na discussão do tema. Temos que intensificar as lutas salariais também. O SNUC também se encontra ameaçado, um exemplo é a Medida Provisória que diz que as UCs têm que ser criadas por lei, e isso é muito grave, vide a banca ruralista do Congresso que está sempre pronta para barrar essa iniciativa. Não devemos deixar fechar nenhum ESREG e unidade antes que se faça balanço sério da necessidade. Foi

lembrado que em 31 de agosto há comemoração de 30 anos da nossa política ambiental.

2º dia (16/06/2011)

9h00: Apresentação do advogado da ASIBAMA Nacional, Dr. Diego, e debate de alguns temas em trâmite no legislativo.

- Apresentação sobre a situação dos processos judiciais da ASIBAMA Nacional em curso.
- Foi feito o debate sobre o direito de greve e serviços essenciais.
- A Ministra do MPOG disse que sai até fim deste mês a regulamentação da Convenção 151 da OIT, o que é uma grande bandeira nossa do acordo coletivo.
- Diante deste cenário sombrio, não temos a menor condição de cumprir as metas determinadas pela Ministra de Meio Ambiente na Portaria nº. 169 de 18 de maio de 2011, a qual é altamente questionável, com seus critérios meramente quantitativos, pela característica mais ampla das nossas atribuições, por exemplo, não necessariamente devemos emitir “x” licenças ambientais, mas sim, analisar “x” processos de licenciamento com a devida qualidade.
- Início da discussão sobre a eleição para escolha da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA-ASIBAMA Nacional para o triênio 2011/2014.

3º dia (17/06/2011)

Moções apresentadas e aprovadas pelo Congresso (integra no Anexo 3):

- 1) Moção de repúdio ao fechamento das unidades descentralizadas do IBAMA;
- 2) Moção de apoio à luta dos bombeiros do RJ;
- 3) Moção em defesa da educação ambiental nos órgãos ambientais federais;
- 4) Moção de repúdio à perseguição de servidores que participam de atividades do movimento sindical e associativo;
- 5) Moção contra o uso dos agrotóxicos;
- 6) Moção contra a construção da UHE belo monte;
- 7) Moção pela realização da avaliação ambiental estratégica de grandes empreendimentos previstos no PAC e IIRSA para a Amazônia;
- 8) Moção pela manutenção dos centros de pesquisa de recursos pesqueiros no IBAMA;
- 9) Moção pela nomeação de superintendentes titulares para as unidades do IBAMA;
- 10) Moção de Repúdio às mudanças da legislação ambiental aprovadas na Câmara

dos Deputados;

Eleição para Diretoria Executiva da ASIBAMA NACIONAL

Após as discussões foi instalada a Mesa Eleitoral composta pelo Presidente, Divino Eterno Teixeira, e pelos membros Lilian Ferreira de Sousa e Sergio Martinez para proceder à votação para escolha da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA-ASIBAMA Nacional para o triênio 2011/2014.

Como não houve a inscrição de nenhuma chapa durante o prazo constante no Edital N°. 01/ASIBAMA Nacional, a eleição ocorreu durante o presente IV Congresso Nacional Ordinário da ASIBAMA Nacional, com a inscrição de apenas uma chapa nomeada de “Unidade na luta”. A chapa “Unidade na luta” foi inscrita com os seguintes membros: Presidente: Ana Maria Evaristo Cruz-IBAMA/DF; Vice-Presidente: Walcicléia Purificação da Silva Cruz-ICMBio/PA; Secretário Executivo: Erico Grassi Cademartori-MMA; Diretor de Finanças: Hugulino de Almeida Dias-SFB/MMA; Diretor de Comunicações: Maria Goretti de Melo Pinto-ICMBio/DF; Diretor de Aposentados e Pensionistas: Rosina Barreto França-IBAMA/DF; Diretor de Assuntos Jurídicos: Luiz Carlos Del Castillo Raiol-IBAMA/AP; Diretor da Região Sul: José Mário Amaral Viruê-IBAMA/RS; Diretor da Região Sudeste: Carlos Eduardo Martins Silva-IBAMA/RJ; Diretor da Região Centro-Oeste: Nicelio Acácio da Silva-IBAMA/MT; Diretor da Região Nordeste: Cynira Alves de França Lopes- IBAMA/SE; Diretor da Região Norte: Roberta Graf-IBAMA/AC; 1º Suplente: Fernando Francisco Xavier-ICMBio/MT; 2º Suplente: Paulo Marinari Rodrigues - IBAMA/PB; 3º Suplente: Emerson Luiz Nunes-IBAMA/RO; 4º Suplente: Vera Ellen Nascimento Freitas-ICMBio/SP; 5º Suplente: Angelo de Lima Francisco-IBAMA/SC. A chapa inscrita para o Conselho Fiscal foi composta pelos seguintes membros: Lindalva Ferreira Cavalcanti-ICMBio/DF (Membro Titular); Rafaela Rinaldi-IBAMA/RJ (Membro Titular); Francisco Missias da Conceição Lopes-IBAMA/AC (Membro Titular); Thais Salmito-IBAMA/RJ (1º Suplente); Nilson Manoel de Oliveira Cunha-IBAMA/RN (2º Suplente); Ana Lúcia Rocha-IBAMA/SC (3º Suplente).

Com a presença de 41 (quarenta e um) delegados presentes, num total de 42 (quarenta e dois) delegados com direito a voto, foi procedida a votação com o resultado final de **41** (quarenta e um) votos a favor, **0** (zero) voto contra e **0** (zero) abstenção. Assim sendo, foi declarada eleita a chapa “Unidade na luta”. Às 12 horas e trinta minutos foi declarado encerrado o processo de votação com a divulgação do resultado final.

Propostas aprovadas pelos Delegados presentes (após sistematização):

1. Solicitar às assembleias legislativas e câmaras de vereadores a realização de audiências públicas para informar e agregar atores locais (instituições e ONGs ambientais e afins, parlamentares, comunidades de áreas protegidas e afins, MPE, MPF, universidades, institutos de pesquisa, escolas) contra o desmonte dos órgãos e legislação ambiental. Associar o desmonte das instituições aos dramáticos problemas atuais. Em especial, fazer nos municípios em que escritórios do IBAMA estão ameaçados de fechamento.
2. Elaboração de documentos em cada estado (desmonte dos órgãos e legislação ambiental federal), dando a maior publicidade possível.

3. Utilizar mais as ferramentas de divulgação fora da imprensa oficial como artigos em revistas, redes sociais da internet e produção de vídeos com depoimentos e retrato da situação dos nossos órgãos.
4. Especial engajamento no que se refere à nossa participação na Rio+20, em junho de 2012, inclusive buscando o assento da ASIBAMA Nacional no evento, e nas comemorações dos 30 anos da política ambiental brasileira em agosto de 2011.
5. Empenho das entidades vinculadas à ASIBAMA Nacional na mobilização, motivação e conscientização de servidores para lutar pela categoria, agregando os colegas que não têm participado bem como maior união e comunicação entre os estados e da ASIBAMA Nacional com as vinculadas.
6. Luta pela re-estruturação da carreira de especialista de meio ambiente e PECMA como os adicionais de interiorização, qualificação, insalubridade e periculosidade, a política de recursos humanos com sistema de rodízio pelas unidades do interior e da Região Norte (a exemplo do Exército) e política de capacitação. Especial preocupação de incluir reivindicações dos servidores de nível médio. Especial cobrança dos acordos e compromissos já feitos pelo MMA e MPOG não cumpridos. Maior engajamento dos Servidores na luta pela melhoria salarial. Lutar pela incorporação total das gratificações (GDAEM, GTEMA, etc.) na remuneração da aposentadoria.
7. Lutar por mais vagas em concursos públicos, especialmente para nível médio e para a área administrativa.
8. Criação, retomada e fortalecimento dos conselhos gestores democráticos e transparentes nos estados (e CRs, no caso do ICMBio e SFB) e em Brasília.
9. Reivindicar a reversão dos cortes de recursos financeiros do Dec. 7.446 de 04/03/2011, vitais para as atividades de campo, bem como o re-estabelecimento da “meia diária”.
10. Fazer um grupo de trabalho interno da ASIBAMA Nacional para revisão da IN-14, para apresentar ao Presidente do IBAMA e exigir as alterações à mesma, e se caso não formos atendidos, poderá se chegar à ação judicial contra a IN-14 (tomar por base o documento dos servidores da SUPES/ES).
11. Lutar para que todos os servidores do IBAMA e ICMBio tenham acesso ao curso e portaria de fiscalização (ser agente ambiental federal).
12. Reivindicar o desbloqueio da internet do IBAMA (ou bloquear somente *orkut* e similares), por exemplo *blogs*, *youtube*, *sites* científicos, downloads de livros. Reivindicar ao CNT que desbloqueie imediatamente os sites solicitados por e-mail ou memorando institucional, ou num prazo máximo de 10 dias.
13. Reivindicar diminuição da burocracia da execução financeira (muito problema nas pontas, empresas não estão no SICAF, muito prejuízo com o fim do “suprimento de fundos” e cartão corporativo).
14. Que a ASIBAMA Nacional divulgue relatório periódico sobre todas as ações judiciais em curso.

15. Cobrar regulamentação da estrutura organizacional e regimentos internos do MMA, IBAMA, ICMBio e SFB.
16. Cobrar do Instituto Chico Mendes a elaboração de instrução normativa para regulamentar autorização para licenciamento ambiental, conforme resolução Conama nº 428.
17. Acompanhar junto à CONDSEF a regulamentação da Convenção 151 da OIT.
18. Verificar o andamento das resoluções do III Congresso Nacional da ASIBAMA Nacional de 2010 em Florianópolis. Que antes do próximo Congresso a comissão organizadora proceda a uma revisão do cumprimento ou não dos encaminhamentos do Congresso anterior, e apresente aos servidores no início dos trabalhos, para maior agilidade e eficácia.
19. Considerando as pendências e dúvidas sobre o ponto eletrônico, que vêm causando grandes problemas e injustiças aos servidores, propomos que o mesmo seja suspenso até que sejam resolvidas as questões abaixo:
 - Acesso de servidores ao controle de frequência.
 - Registro de plantão e sobreaviso.
 - Registro de deslocamento como hora trabalhada.
 - Registro de adicional noturno, fim-de-semana e feriado.
 - Banco de horas.
20. Reivindicar o curso de gestão ambiental aos servidores em geral, de nível médio e superior, pois até funcionários de fora (temporários) tiveram mais acesso.
21. Buscar solução para a interinidade dos superintendentes (em SC, por exemplo, a situação se arrasta há quase 01 ano).
22. Cobrar providências acerca da estrutura da SUPES do IBAMA em SC, que, por estar condenada tecnicamente, está colocando em risco a vida dos servidores e usuários.
23. Cobrar oficialmente do ICMBio sobre possível uso indevido dos recursos financeiros da compensação ambiental e cobrar maior agilidade do ICMBio na aplicação dos recursos financeiros da compensação ambiental nas unidades de conservação.
24. Exigir maior atuação e melhores condições de trabalho do IBAMA em portos, aeroportos e áreas de fronteira, aproveitando o lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras, cujo decreto foi editado em 09/06/2011, o qual visa cumprir convenções e protocolos internacionais. Exigir maior apoio técnico e atuação direta da DIQUA junto às SUPES nos temas relativos a controle de fronteiras, agrotóxicos, substâncias perigosas, CTF, RQMA, entre outros.
25. Que a ASIBAMA Nacional busque e disponibilize propostas de convênios e contratos com prestadores de serviço, tais como operadoras de planos de saúde e odontológicos, para apreciação dos associados.
26. Que a ASIBAMA Nacional elabore um documento sobre quais serviços são considerados essenciais da área ambiental federal e repasse para debate pelos servidores.

27. Lutar junto ao ICMBio e demais órgãos por cursos de capacitação de informática mais adequados e acessíveis aos servidores das unidades descentralizadas. Que o IBAMA e o ICMBio proporcionem adequadas condições de trabalho nas unidades descentralizadas, como fixação, valorização e incentivos aos servidores e infraestrutura.
28. Vigilância e orientação da ASIBAMA Nacional e das estaduais para que não haja perseguições de servidores, por parte das suas chefias, na avaliação de desempenho.
29. Participação da ASIBAMA Nacional no Congresso nos projetos de interesse dos servidores.
30. Cobrar das instituições o cumprimento da recomendação do Ofício Circular nº. 14 da SRH/MPOG, de que os servidores podem participar das atividades do movimento sindical e associativo, sendo liberados do trabalho, sem que seja contabilizada falta ou exigida reposição de horas.
31. Que a ASIBAMA Nacional auxilie na defesa dos servidores, no Processo nº. 02031.000006/2011-4, do IBAMA/SUPES/SP, referente à liberação de servidores para atividades do movimento sindical e associativo.
32. Buscar solução pra o problema dos servidores enquadrados no Artigo 13 da Lei nº. 7.957 de 13 de dezembro de 1989 lotados no ICMBio, para que eles tenham o mesmo direito dos servidores em igual situação lotados no IBAMA.
33. Que a ASIBAMA Nacional elabore um documento e abra uma pauta de discussão com o MMA sobre as metas (indicadores) da portaria de avaliação de desempenho institucional do IBAMA neste ano (nº. 169 de 18 de maio de 2011), a qual é altamente questionável, com seus critérios meramente quantitativos, pela característica mais ampla das nossas atribuições, por exemplo, não necessariamente devemos emitir “x” licenças ambientais, mas sim, analisar “x” processos de licenciamento com a devida qualidade.

Brasília, 20 de junho de 2011.



IV CONGRESSO NACIONAL ORDINÁRIO DA ASIBAMA NACIONAL
15 a 17 de junho de 2011 – Cuiabá-MT

A N E X O S



ANEXO 1: Convocatória para o Congresso



Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA
SCEN Trecho 2, Ed. Sede do Ibama - Área de Lazer CEP: 70818-900 Brasília - DF
Telefax: (61) 3307-1112 www.asibamanacional.org.br - asibamanacional@asibama.org.br

CONVOCATÓRIA PARA O IV CONGRESSO ORDINÁRIO DA ASIBAMA NACIONAL

De acordo com o Artigo 31 do estatuto da ASIBAMA NACIONAL, convoco todos os servidores lotados no Ibama, Instituto Chico Mendes, Serviço Florestal Brasileiro e MMA, para participarem do **IV CONGRESSO ORDINÁRIO DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E DO PECMA**, que ocorrerá de **15 a 17 de junho de 2011**, no **Hotel Fazenda Mato Grosso**, localizado na Rua Antonio Dorileo nº 1100, Bairro CoopHEMA – Coxipó da Ponte – Cuiabá-MT.

PAUTA:

- I. Informes gerais
- II. Informes jurídicos com o advogado da ASIBAMA NACIONAL
- III. Análise de Conjuntura
- IV. Discussão sobre a Eleição para Diretoria Executiva da ASIBAMA NACIONAL
- V. Encaminhamentos

CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO:

O Congresso Nacional da ASIBAMA NACIONAL é composto por servidores lotados no Ibama, Instituto Chico Mendes, Serviço Florestal Brasileiro e Ministério do Meio Ambiente, eleitos delegados de cada Unidade da Federação, desde que associados a uma das entidades vinculadas [ASIBAMAs, AEMA, SINTFAMA e ASSEMMA].

A eleição dos delegados deverá ocorrer em Assembléias de Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, na proporção de 1 representante para cada 10 servidores presentes, sendo que o nome do delegado eleito deverá ser registrado em ata e será garantido no mínimo 1 representante por Unidade da Federação.

Também poderão participar do IV Congresso Nacional Ordinário os servidores eleitos nas respectivas assembléias, na condição de observadores.

REGRAS GERAIS:

O IV Congresso Nacional Ordinário somente terá validade se contar com a participação de representantes de 1/3 das entidades vinculadas à ASIBAMA NACIONAL.

No IV Congresso Nacional Ordinário da ASIBAMA NACIONAL apenas o delegados eleitos poderão votar nas plenárias.


Visando facilitar o trabalho da relatoria recomendamos que as teses de análise de conjuntura sejam entregues em formato digital.

A ASIBAMA NACIONAL arcará com as despesas de hospedagem, alimentação e transporte do aeroporto de Várzea Grande para o local do evento, de todos os delegados eleitos, desde que sejam filiados a uma entidade vinculada à ASIBAMA NACIONAL.

A fim de melhor organizar o evento e visando solicitar às direções do Ibama, Instituto Chico Mendes, Serviço Florestal Brasileiro e do MMA a liberação dos delegados para participação no IV Congresso, **as atas das assembléias estaduais/locais, contendo o nome e a lotação dos delegados eleitos, acompanhadas das devidas listas de presença**, deverão ser encaminhadas para a ASIBAMA NACIONAL, via fax (61) 3307-1112, ou pelo email (www.asibama.nacional@terra.com.br), **impreterivelmente até o dia 7 de junho de 2011**.

Os **delegados eleitos** nas assembléias locais **deverão se deslocar para Cuiabá no dia 14 de junho**. **ATENÇÃO:** o horário da chegada dos delegados ao aeroporto de Várzea Grande deverá ser enviado à ASIBAMA NACIONAL **até o dia 09/06/2011**, visando à logística de transporte (aeroporto para o local do evento).

Brasília, 30 de maio de 2011.


Jonas Moraes Corrêa
Presidente da ASIBAMA NACIONAL

ANEXO 2: Carta de Cuiabá

Cuiabá, 17 de junho de 2011.

Nós, servidores e servidoras do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e MMA (Ministério do Meio Ambiente) associados à ASIBAMA Nacional (Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente), reunidos no IV Congresso Ordinário da entidade, vimos por meio desta reivindicar melhorias significativas, concretas e urgentes em nossas instituições e condições de trabalho.

É objeto de grande preocupação o processo denominado de “novos rumos do IBAMA” anunciado pelo Presidente do IBAMA, presencialmente e por vídeo-conferência em 04 de abril deste ano, a partir da recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº. 605 de 16 de março de 2011, que veio a motivar o primeiro planejamento estratégico em uma década. O grupo de trabalho criado pela Portaria nº. 580 de 20 de abril de 2011, que deveria elaborar este planejamento, tinha o prazo de até 15 de junho para apresentar sua proposta. No entanto, o grupo se reuniu uma única vez, e ninguém deu explicações sobre o não funcionamento do GT, tampouco se sabe qual o andamento ou os resultados do planejamento.

Atualmente verificamos que o IBAMA cada vez mais se mostra uma instituição centralizada em Brasília, com a adoção de práticas de gestão extremamente anti-democráticas e não transparentes. Infelizmente, estes “novos rumos” mais parecem os “velhos e conhecidos descaminhos”, que no transcurso do tempo vêm trazendo uma paulatina fragilização e “desmonte” dos órgãos ambientais federais, concomitante à drástica flexibilização da legislação ambiental.

No IV Congresso da ASIBAMA Nacional pudemos confirmar, nas falas dos delegados de todo Brasil, a dura realidade enfrentada pelos servidores, além do esfacelamento da Política e Legislação Ambiental Brasileira, de forma que, entre outros, podemos citar os seguintes problemas, para os quais pedimos empenho de vossas senhorias na solução:

- Processo paulatino de “desmonte” e flexibilização da legislação ambiental, como o desvirtuamento completo do Código Florestal, a exclusão de atribuições do IBAMA na regulamentação do Art. 23 da Constituição, a flexibilização do licenciamento ambiental (de rodovias, hidrelétricas e exploração de petróleo e gás), flexibilização do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), por meio de algumas medidas provisórias, resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e projetos-de-lei em curso;
- A preocupante falta e evasão de servidores, especialmente na Região Norte e na área administrativa, motivada principalmente pela desestruturação da carreira de especialista em meio ambiente, onde podemos citar a falta de adicionais de interiorização e rodízio na permanência em unidades descentralizadas, a exemplo do que ocorre com as Forças Armadas, na perspectiva de valorizar e fixar os servidores em regiões isoladas ou de pouca infra-estrutura;
- A ameaça de repasse da gestão das florestas nacionais, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável para o SFB, descaracterizando as

atribuições do ICMBio e SFB, e os próprios objetivos destas unidades de conservação ratificados na Lei do SNUC;

- O não-cumprimento e avanço dos pontos já acordados com o MMA e MPOG (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) acerca da re-estruturação da carreira de especialista de meio ambiente e PECMA (Plano Especial de Cargos do Meio Ambiente), incluindo a valorização do servidor e implantação de uma política sistemática de recursos humanos, que contenha programas de capacitação continuada, e uma política salarial justa;
- O anúncio e ameaça de fechamento de diversas unidades descentralizadas do IBAMA, sem qualquer avaliação participativa da importância regional sócio-ambiental destas unidades, ou critérios mais coerentes com a questão ambiental, pois, ao que parece, somente estão sendo considerados os custos monetários destas unidades. Tal situação, fruto da ideologia nefasta do “Estado mínimo”, levará ao aumento da vulnerabilidade sócio-ambiental de vastas áreas sensíveis aos impactos de empreendimentos, madeireiros ilegais e grileiros, deixando ainda mais desassistidas suas populações, que vêm inclusive perdendo pessoas assassinadas recentemente por agentes de crimes ambientais;
- O grande corte de recursos financeiros concretizado no Dec. nº. 7.446 de 01 de março de 2011, que reduziu quase pela metade o orçamento das nossas instituições, que pela suas características dependem sobremaneira da realização de viagens a campo;
- Operações de fiscalização com planejamento centralizado em Brasília, basicamente direcionadas ao combate do desmatamento na Amazônia, em detrimento da proteção dos demais biomas e abordagem de temas como caça e pesca predatórias, tráfico de animais silvestres, biopirataria, organismos geneticamente modificados, Cadastro Técnico Federal (atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais), vigilância em regiões de fronteira, portos e aeroportos, acompanhamento de condicionantes do licenciamento e de veículos licenciados pelo PROCONVE / LCVM (programas de controle de emissões veiculares);
- A ausência da Educação Ambiental institucionalizada no IBAMA e com reduzido espaço no ICMBio, desde a divisão do IBAMA em abril de 2007, sendo plenamente sabido que este é um tema transversal essencial a todos os órgãos ambientais;
- O corte em 100% dos recursos financeiros do Programa de Agentes Ambientais Voluntários (PAAV) do IBAMA, a partir de 2011, sem critérios ou participação de servidores (sendo que as demais atividades sofreram cortes em torno de 35%), considerando que este é um Programa de excelentes resultados em diversos estados, locus privilegiado de Educação Ambiental voltada para a prática de numerosas comunidades rurais e de áreas protegidas;
- O paulatino esvaziamento das atribuições do IBAMA no que se refere à gestão ambiental dos recursos pesqueiros, sendo que estas não foram absorvidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (mais voltado ao aumento da produção de pescado), o que é extremamente prejudicial à conservação das espécies, podendo levar algumas à extinção;
- A dramática indefinição dos centros de pesquisa da pesca, que estão sem locus institucional, nem recursos financeiros ou condições de trabalho;

- Não há priorização dos gestores dos órgãos ambientais federais na resolução dos processos de apuração das infrações ambientais prejudicando o exercício da fiscalização, monitoramento e controle ambiental. No âmbito do IBAMA, com a criação das equipes técnicas e autoridades julgadoras da IN-14, é fato concreto que os seus servidores têm tido enorme acúmulo de trabalho, responsabilidade e pressão, sem que tenha sido propiciado um processo de capacitação detalhado e específico para os mesmos, inclusive podendo ocorrer uma situação de insegurança jurídica, numa responsabilização direta dos membros destas equipes.
- Na estruturação do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) estamos assistindo à uma transferência exagerada e desmedida de atribuições para os órgãos estaduais e municipais, muitas vezes desconsiderando a sua efetiva capacidade técnica e estrutural de assumir as competências que lhe foram repassadas, além da maior vulnerabilidade às pressões de caráter político;
- Existência de unidades de conservação de enorme extensão territorial com pouquíssimos servidores, sendo que algumas estão sem nenhum;
- A omissão ou ineficiência das instituições ambientais federais em temas essenciais no que concerne à qualidade ambiental, como o controle de agrotóxicos e substâncias perigosas;

Diante do cenário apresentado, solicitamos que se apresente com clareza a divisão de atribuições entre as nossas instituições, o Ministério da Pesca e Aquicultura e os órgãos ambientais estaduais e municipais.

Expostas estas situações que exemplificam o quadro vivenciado no dia a dia dos servidores, vimos manifestar mais do que a nossa indignação quanto à condução deste processo açodado e anti-democrático, sendo que os servidores da carreira de especialista em meio ambiente não ficarão calados diante destes ataques, pois o cenário tornará, com certeza, ainda mais difícil a defesa e proteção do meio ambiente, vindo a afetar diretamente e negativamente a qualidade de vida da sociedade brasileira e das gerações futuras, e o não cumprimento das metas internacionais de reversão das mudanças climáticas e de outros protocolos ambientais. Esta situação se torna inaceitável frente à realização da Rio+20 em 2012, que pautará a questão ambiental mundial na próxima década, afetando a visibilidade do Brasil, reconhecido como o mais mega-biodiverso do mundo, durante os eventos da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Finalizamos assim, solicitando que somente com um processo de discussão efetivamente democrático, participativo e transparente com o conjunto dos servidores e servidoras do IBAMA, ICMBio, SFB e MMA, é que poderemos buscar saídas e soluções para os problemas vivenciados, pois somente assim poderemos dar verdadeiramente novos e bons rumos às questões ambientais brasileiras.

Atenciosamente,

**Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA reunidos
no IV CONGRESSO ORDINÁRIO DA ASIBAMA NACIONAL**

ANEXO 3: Moções apresentadas

1) MOÇÃO DE REPÚDIO AO FECHAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DO IBAMA

A Plenária do IV Congresso da ASIBAMA Nacional se manifesta contrária ao fechamento das unidades descentralizadas do IBAMA (gerências, escritórios regionais e bases avançadas) até que se faça uma densa avaliação da importância sócio-ambiental de cada uma, de forma democrática e transparente com os servidores envolvidos, por meio de critérios claros, e não meramente monetários. O anúncio e ameaça de fechamento de diversas unidades descentralizadas do IBAMA, sem qualquer avaliação participativa da sua importância regional, fruto da ideologia nefasta do “Estado mínimo”, levará ao aumento da vulnerabilidade sócio-ambiental de vastas áreas sensíveis aos impactos de empreendimentos, madeireiros ilegais e grileiros, deixando ainda mais desassistidas suas populações, que vêm inclusive perdendo pessoas assassinadas recentemente por agentes de crimes ambientais. Neste sentido, manifestamo-nos veementemente contrários ao Memorando nº. 147 da Presidência do IBAMA, que determina a remoção de servidores de algumas unidades num prazo de 10 dias.

2) MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS BOMBEIROS

A Plenária do IV Congresso da ASIBAMA Nacional se manifesta a favor da luta dos bombeiros do Rio de Janeiro, que reivindicam um piso salarial compatível às suas atividades, melhoria das condições de trabalho, equipamentos, anistia administrativa e criminal dos bombeiros presos injustamente em 04 de junho de 2011.

3) MOÇÃO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS FEDERAIS

A Plenária do IV Congresso da ASIBAMA Nacional se manifesta pela necessidade de criação da estrutura organizacional da Educação Ambiental nos órgãos ambientais federais, desde as sedes em Brasília às superintendências ou coordenações regionais, com servidores e condições de trabalho, uma vez que este tema é de vital importância atual e histórica no cumprimento da Política Ambiental Brasileira e da Lei da Educação Ambiental (Lei nº. 9.795 de 1999). No caso do IBAMA, recomendamos a recriação da CGEAM na Sede e dos NEAs nas superintendências.

4) MOÇÃO DE REPÚDIO À PERSEGUIÇÃO DE SERVIDORES QUE PARTICIPAM DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO SINDICAL E ASSOCIATIVO

A Plenária do IV Congresso da ASIBAMA Nacional vem por meio desta repudiar os gestores que se utilizam da avaliação de desempenho para perseguir e punir servidores que participam de atividades do movimento sindical e associativo, em prol de melhorias de suas condições de trabalho e dos próprios órgãos ambientais federais.

5) MOÇÃO CONTRA O USO DOS AGROTÓXICOS

A Plenária do IV Congresso da ASIBAMA Nacional se manifesta contra o uso dos agrotóxicos no Brasil e o enfraquecimento da ANVISA, sendo inclusive 14 deles proibidos no exterior pelo excesso de toxicidade, e corroborar com as entidades como o CPT, o MST e com os pesquisadores como o Dr. Wanderlei Pignati da UFMT, que vêm apresentando e denunciando casos gravíssimos de intoxicação aguda e crônica de trabalhadores e populações (como é o caso do município de Lucas do Rio Verde, MT, e da região da Chapada do Apodi, CE e RN), de perda de biodiversidade e outros impactos sócio-ambientais e ecológicos incalculáveis e persistentes nos territórios. O Brasil é hoje o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, tendo consumido 210 mil toneladas, ou 1,0 bilhão de litros, no ano de 2010. Sabemos que isto faz parte de um grande poderio econômico de multinacionais como a *Monsanto, Bayer, Syngenta e Dow Chemical*, por sua vez aliadas a mega-latifundiários da monocultura de exportação, que também advogam ações ambientalmente nefastas como os transgênicos e o desmonte do Código Florestal. Em contraponto, apoiamos a reforma agrária, os agricultores familiares, as populações tradicionais, as técnicas agro-ecológicas e agro-florestais e a desconcentração do poder econômico. Lembrando ainda a triste referência de um ano do assassinato do líder José Maria do Ceará, que muito lutou contra a contaminação dos agrotóxicos em seu estado.

6) MOÇÃO CONTRA A CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE

A Plenária do IV Congresso da ASIBAMA Nacional se manifesta contra a construção da UHE Belo Monte, objeto de críticas contundentes de numerosas instituições e grupos sociais renomados tais como ONU, OEA, SBPC, servidores da EMBRAPA, CPT, CNBB, diversos pesquisadores como o Dr. A. Oswaldo Sevá Filho da UNICAMP, bem como todas as associações das etnias indígenas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares e moradores de Altamira atingidos. Isso porque o empreendimento só vem a beneficiar as elites dos setores elétrico, empreiteiro e da indústria energointensiva, não se justifica absolutamente em termos técnicos, econômicos e sociais, e causará impactos sócio-ambientais, culturais e ecológicos incalculáveis.

7) MOÇÃO PELA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE GRANDES EMPREENDIMENTOS PREVISTOS NO PAC E IIRSA PARA A AMAZÔNIA

A Plenária do IV Congresso da ASIBAMA Nacional se manifesta pela realização da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos grandes empreendimentos propostos pelo PAC e IIRSA nas áreas mais preservadas da Amazônia, notadamente para os empreendimentos das rodovias BR-319 e BR-163 e as diversas usinas hidrelétricas propostas ou já em construção nos Rios Xingu, Tapajós, Teles Pires e Madeira. Isto porque é sabido que não basta o licenciamento ambiental de cada empreendimento isolado, mas sim a análise holística dos impactos somados (sinérgicos) do conjunto das obras, que trarão fortes conseqüências negativas nas áreas sócio-ambiental, cultural e ecológica de uma das regiões mais preservadas do planeta, cuja sócio-biodiversidade possui um valor incalculável sob todos os aspectos. Qualquer governo que queira agir com seriedade precisa adotar a AAE, de forma qualificada e antecipada a qualquer intervenção regional de grande porte.

8) MOÇÃO PELA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE PESQUISA DE RECURSOS PESQUEIROS NO IBAMA

A Plenária do IV Congresso da ASIBAMA Nacional se manifesta pela manutenção e fortalecimento dos centros de pesquisa de pesca no IBAMA, os quais passam por uma grande estagnação e indefinição institucional, tendo sido passados ao ICMBio, e posteriormente retornados ao IBAMA, sendo, porém, ameaçados de serem repassados ao Ministério da Pesca ou à EMBRAPA. Estes centros devem permanecer no IBAMA, pois é nesta instituição que podem prestar um melhor serviço à sociedade na gestão ambiental dos recursos pesqueiros, tema que não tem sido abordado em nenhuma outra instituição federal, e de suma importância num cenário de verdadeiro esgotamento dos mesmos em várias regiões brasileiras.

9) MOÇÃO PELA NOMEAÇÃO DE SUPERINTENDENTES TITULARES PARA AS UNIDADES DO IBAMA

A Plenária do IV Congresso da ASIBAMA Nacional se manifesta pelo fim imediato das interinidades nos cargos de superintendentes, que tem levado a deterioração dos serviços prestados pela instituição e ampliado as dificuldades na obtenção de recursos suficientes para exercer seu papel frente a conservação dos recursos ambientais, bem comum do povo brasileiro conforme determina o Artigo 225 da Constituição.

10) (Moção de Repúdio às mudanças da legislação ambiental aprovadas na Câmara dos Deputados


Os servidores da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente e PECMA repudiam o retrocesso advindas às mudanças da legislação aprovadas na Câmara dos Deputados, em especial o Código Florestal. Tais mudanças desvirtuam completamente os princípios norteadores de uma das principais leis ambientais brasileiras. É evidente que o Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados tem o caráter de instrumento destinado a defender os interesses econômicos em detrimento ao direito difuso de toda a população brasileira a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” conforme reza o Art. 225 da Constituição Federal de 1988.

ANEXO 4: Ata da eleição


ATA DA ELEIÇÃO PARA A ASIBAMA NACIONAL

Aos dezessete dias do mês de junho de 2011, com início às 10 horas e trinta minutos, foi instalada a Mesa Eleitoral composta pelo Presidente, Divino Eterno Teixeira, e pelos membros Lilian Ferreira de Sousa e Sergio Martinez, para conduzir o processo da eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA-ASIBAMA Nacional para o triênio 2011/2014. Como não houve a inscrição de nenhuma chapa durante o prazo constante no Edital N.º 01/ASIBAMA Nacional, a eleição ocorreu durante o IV Congresso Nacional Ordinário da ASIBAMA Nacional, realizado em Cuiabá-MT, com a inscrição de apenas uma chapa. A chapa "Unidade na luta" foi inscrita com os seguintes membros: Presidente: Ana Maria Evaristo Cruz-IBAMA/DF; Vice- Presidente: Walcicléia Purificação da Silva Cruz-ICMBio/PA; Secretário Executivo: Erico Grassi Cademartori-MMA; Diretor de Finanças: Hugulino de Almeida Dias-SFB/MMA; Diretor de Comunicações: Maria Goretti de Melo Pinto-ICMBio/DF; Diretor de Aposentados e Pensionistas: Rosina Barreto França-IBAMA/DF; Diretor de Assuntos Jurídicos: Luiz Carlos Del Castillo Raiol-IBAMA/AP; Diretor da Região Sul: José Mário Amaral Viruê-IBAMA/RS; Diretor da Região Sudeste: Carlos Eduardo Martins Silva-IBAMA/RJ; Diretor da Região Centro-Oeste: Nicelio Acácio da Silva-IBAMA/MT; Diretor da Região Nordeste: Cyriara Alves de França Lopes- IBAMA/SE; Diretor da Região Norte: Roberta Graf-IBAMA/AC; 1º Suplente: Fernando Francisco Xavier-ICMBio/MT; 2º Suplente: Paulo Marinari Rodrigues - IBAMA/PB; 3º Suplente: Emerson Luiz Nunes-IBAMA/RO; 4º Suplente: Vera Ellen Nascimento Freitas-ICMBio/SP; 5º Suplente: Angelo de Lima Francisco-IBAMA/SC. A chapa inscrita para o Conselho Fiscal foi composta pelos seguintes membros: Lindaiva Ferreira Cavalcanti-ICMBio/DF (Membro Titular); Rafaela Rinaldi-IBAMA/RJ (Membro Titular); Francisco Missias da Conceição Lopes-IBAMA/AC (Membro Titular); Thais Salmito-IBAMA/RJ (1º Suplente); Nilson Manoel de Oliveira Cunha-IBAMA/RN (2º Suplente); Ana Lúcia Rocha-IBAMA/SC (3º Suplente). Com a presença de 41 (quarenta e um) delegados presentes, num total de 42 (quarenta e dois) delegados com direito a voto, foi procedida a votação com o resultado final de 41 (quarenta e um) votos a favor, 0 (zero) voto contra e 0 (zero) abstenção. Assim sendo, foi declarada eleita a chapa "Unidade na luta". Às 12 horas e trinta minutos foi declarado encerrado o processo de votação com a divulgação do resultado final e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos e foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Presidente da Mesa Eleitoral e pelos seus membros.

Cuiabá-MT, 17 de junho de 2011.


DIVINO ETERNO TEIXEIRA
Presidente


LILIAN FERREIRA DE SOUSA
Membro


SERGIO MARTINEZ
Membro